

# Independência Política do Nordeste

Tacito Theophilo G. de Oliveira

Decorridos os primeiros anos de abandono das terras descobertas por Cabral, o Brasil colônia assistiu a luta de outras potências para a conquista de seus portos, o estabelecimento das capitanias, a intensificação do comércio do pau-brasil, a instalação do governo, a chegada dos missionários, a fusão das Coroas Luso-Espanhola, a penetração das bandeiras, o rompimento do meridiano de Tordesilhas, a luta e expulsão dos franceses e holandeses e a Inconfidência Mineira.

O Brasil reino testemunhou a chegada de Dom João VI, a transferência da Corte, a abertura dos portos, o incremento do comércio, a expansão cultural, a mudança dos hábitos provincianos, a revolução de 1817 e a regência de D. Pedro.

Aquele movimento popular, nascido da repulsa ao domínio português sobre o comércio e outras atividades, rapidamente se alastrou pelo Nordeste, desde a Bahia e Alagoas até a Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Maranhão, levou à instalação de um governo provisório e ao estabelecimento de um regime republicano. As dissensões facilitaram a ação repressiva de Portugal, com o enforcamento ou fuzilamento dos chefes mais destacados.

Mas, as idéias liberais haviam sobrevivido.

Assim, quando em 1820 estourou a revolução em Portugal, o povo brasileiro exultou, de vez que passaria a ter representação política, em Lisboa. Mandamos às Cortes figuras do mais alto valor, tais como Gonçalves Ledo, Diogo Antonio Feijó, Antonio Carlos de Andrada, Vilela Barbosa, Campos Vergueiro, Araújo Lima e Martiniano de Alencar.

Durou pouco a ilusão. Nossos constituintes logo verificaram que suas teses não seriam aceitas e que era patente a hostilidade à idéia de igualdade dos reinos.

Ao mesmo tempo insistiam as Cortes para que D. João VI regressasse a Portugal. No Brasil, a opinião pública estava dividida. Os portugueses liberais queriam o retorno imediato do Monarca, enquanto os absolutistas admitiam a ida de D. Pedro, ficando Dom João no Brasil. Os brasileiros exigiam a permanência da Família Real.

Enquanto pôde, D. João VI procurou ganhar tempo, com suas atitudes evasivas. Mas, a pressão da Inglaterra e das Cortes tornava-se cada vez maior. Assim, acabou cedendo. Retornou a Lisboa certo de que seria impossível manter unidos os dois reinos, conforme confidenciou ao filho a quem aconselhou a preservar a dinastia dos Braganças. "Pedro, o Brasil brevemente se separará de Portugal; se assim for, põe a Coroa sobre a tua cabeça antes que algum aventureiro lance mão dela."

Não confiando na regência, as Cortes continuaram a pressionar D. Pedro e a hostilizar os deputados brasileiros, a tal ponto, que estes se viram obrigados a abandonar Lisboa. Na sua absurda cegueira as câmaras aboliram os tribunais do Rio de Janeiro, declararam independentes as províncias e determinaram o regresso do príncipe, a fim de aprimorar sua educação. Chegaram mesmo a despachar uma frota de 7 navios e tropas de desembarque com a missão de repatriar D. Pedro.

Fácil é imaginar o desagrado que tais medidas provocaram. Os ânimos ainda mais se exaltaram e a revolução saiu às ruas. Foi assim, que a 9 de janeiro de 1822, D. Pedro se insurgiu contra a ordem das Cortes, decidindo permanecer no Brasil. O "fico" é uma das páginas mais ricas de nossa história, pois representa a vontade manifesta do povo brasileiro de libertar-se de um governo que só pensava em fazer o Brasil retornar à situação de colônia.

Com a criação do Gabinete, a 16 de janeiro, surgiu em toda sua grandeza a figura de José Bonifácio, partidário da formação de uma monarquia em que Portugal e Brasil tivessem os mesmos direitos e deveres. Esta idéia, aliás, era a que defendiam inicialmente nossos representantes em Lisboa. A evolução dos acontecimentos levaria José Bonifácio a convencer-se de que a solução seria mesmo a separação dos dois reinos. É a opinião de Pandiá Calogeras que assim se refere ao patriarca:

“No Gabinete de 16 de janeiro de 1822, foi incontestavelmente (José Bonifácio) a figura primacial. Nas ocorrências subseqüentes revelou ser um organizador, o chefe, o estadista. Não fora sua a primeira idéia, mas fora seu destino ser o fundador, o cérebro das instituições sonhadas sentimentalmente e propugnadas pelos maçons do Rio de Janeiro, sustentadas pelo regente e por partidários das províncias vizinhas. Tudo bem considerado e medido, discutir prioridades e méritos se torna ocioso: a semente e o crescimento dos fatos estavam no progresso estuante do País, em sua ascensão a níveis mais altos, em sua ânsia por liberdade e independência.”

O primeiro cuidado de José Bonifácio foi o de conseguir a unidade de pensamentos e de propósitos. Minas alimentava idéias republicanas. São Paulo estava dividido. A Bahia era um forte reduto português. Pernambuco ainda não cicatrizara as feridas de sua revolução republicana tão violentamente reprimida. Algumas províncias ainda não se haviam definido.

Para Minas Gerais seguiu D. Pedro numa viagem consagrada. Para a Bahia foram despachadas as tropas do Gen. Labatut. Simultaneamente foram chamados ao Rio de Janeiro os representantes das províncias, para compor o conselho de Estado, e expedido decreto convocando uma constituinte.

Este ato não foi aceito pelas Cortes que determinaram sua revogação e o reforço da guarnição da Bahia.

Tais notícias chegaram ao Rio de Janeiro e o Gabinete delas tomou conhecimento, entendendo que era chegado o momento de agir. D. Pedro, que se encontrava em São Paulo, ao ser cientificado do que ocorria, compreendeu que estava vivendo um momento decisivo. Fiel aos sentimentos nacionais decidiu romper com Portugal, oferecendo sua vida em troca da Independência do Brasil.

Proclamada nossa independência política a 7 de setembro, já a 12 de outubro era Dom Pedro aclamado pelas câmaras, sendo sagrado Imperador do Brasil a 1.º de dezembro.

A independência não foi um ato incruento; sua consolidação haveria de exigir o derramamento de sangue. A guerra da independência, conduzida com determinação na Bahia, no Piauí e no Maranhão ainda se arrastou por quase um ano e do patriotismo dos nordestinos dependeu a manutenção da unidade nacional.

Do Rio de Janeiro e de Pernambuco deslocaram-se para a Bahia o Brigadeiro Pedro Labatut e o Major José de Barros Falcão Lacerda, a fim de juntamente com as tropas de patriotas baianos, darem combate ao Coronel Madeira de Melo.

A 8 de dezembro as Forças de Madeira de Melo atacaram os brasileiros em Pirajá, saindo derrotadas e com pesadas baixas. Em janeiro de 1823, voltaram ao ataque, mas foram rechaçadas pelo Major Antônio de Souza Lima e o intrépido João das Botas.

Apesar dessas significativas vitórias das Armas Brasileiras, a luta continuou. De Lisboa e do Rio de Janeiro chegaram reforços para os contendores. O Coronel José Joaquim de Lima e Silva assumiu o comando do Batalhão do Imperador, substituindo Labatut. Pelo mar o Almirante Alexander Thomas Cochrane bloqueou o porto de Salvador. E, assim, a 2 de julho, renderam-se os portugueses e Bandeira de Melo embarcou de regresso a Portugal.

Alguns historiadores encerram aqui o relato da Guerra da Independência, limitando-se a dizer que, em seguida, o Almirante Cochrane velejou para o norte, libertando o Maranhão e o Pará.

É outra a verdade histórica.

Os primeiros meses de 1822 decorreram calmos nas províncias do Maranhão e do Piauí. Mas, quando nas fazendas e nos campos começaram a difundir-se as notícias sobre os acontecimentos que se desenrolavam na Corte, as populações foram tomadas de vivo entusiasmo. Imediatamente, pressentindo o perigo, o Sargento-Mor João José da Cunha Fidié deslocou-se para Oeiras e assumiu o comando das Armas Portuguesas.

As paixões e hostilidades se tornaram mais brandas, porém, logo recrudesceram, com o passar dos dias.

Em Parnaíba, Simplício Dias da Silva liderava a preparação do movimento de libertação. Em Campo Maior, a chefia do movimento cabia a Lourenço de Araújo Barbosa.

Sem perda de tempo Fidié deslocou o destacamento de Marvão (Castelo do Piauí) para Campo Maior e se manteve atento ao desenrolar dos acontecimentos que culminaram, em fins de setembro, com a Proclamação da Independência, na vizinha província do Ceará.

Em conseqüência, a 19 de outubro, no paço da Câmara de São João da Parnaíba foi proclamada e festivamente comemorada a independência, sendo imediatamente despachados emissários a Campo Maior, Granja e Crato para dar conhecimento do ocorrido e solicitar o apoio necessário à consolidação do movimento.

Sem perda de tempo e arrostando enormes sacrifícios para romper os sertões ressequidos, Fidié marcha para o Norte e dois meses depois chega a Parnaíba. Restabelece a situação e exige que a população renove o juramento de fidelidade a Portugal.

Apesar desse revés o movimento se alastrava. Atingiu Marvão e Crateús, que na época pertencia ao Piauí. A 23 de janeiro eclode a revolução em Oeiras, liderada pelo brigadeiro Manoel de Souza Martins, futuro Visconde de Parnaíba. No dia seguinte, convocado o Senado da Câmara foi proclamada a independência e eleita uma junta de Governo presidida por Souza Martins.

Três graves problemas tinha a Junta que enfrentar: a vizinhança do Maranhão, cuja Junta era intransigentemente fiel a Portugal; a presença de Fidié, em Parnaíba, com seu forte contingente de tropas; o reduzido e heterogêneo contingente militar de que dispunham os patriotas. Havia grande necessidade de agir com rapidez e por isto alguns contingentes foram deslocados para as margens do Parnaíba. Essa preocupação com o Maranhão perdurou durante toda a campanha. Não se apercebeu a Junta que o perigo maior e imediato estava dentro do próprio Piauí, representado pela tropa comandada por Fidié.

Os prometidos reforços do Ceará começaram logo a chegar. O Alferes Manoel de Abranches Pais, comandando um contingente, entra em Marvão. O Capitão José Francisco de Souza, em Piracuruca. O capitão Luiz Rodrigues Chaves ocupa Campo Maior.

Fidié, em Parnaíba, com sua tropa descansada e bem armada é informado do que ocorrera em Oeiras, Campo Maior e Piracuruca e decide retornar à capital para restabelecer o domínio português. Desloca-se, a 1.º de março, à frente de 1 100 homens e 11 peças de artilharia e marcha sobre Piracuruca, que ocupa sem luta. Retoma sua marcha e avança sobre Campo Maior. Ali se encontram os chefes e patriotas partidários da independência que sabedores da aproximação de Fidié decidem dar-lhe combate e barrar-lhe os passos. Grupo mais heterogêneo não se podia reunir para enfrentar os disciplinados e aguerridos soldados de Fidié herói da guerra peninsular contra Napoleão. O encontro se deu às margens do rio Genipapo. Durante quatro horas as vagas humanas tentaram abordar a posição que Fidié rapidamente improvisara à margem do rio e de onde, com o fogo certo de seus canhões, ia ceifando a vida de nossos patriotas. Embora rechaçados, aqueles bravos se reagrupavam e voltavam ao ataque. Cerca das 14 horas come-

çou a debandada. Duas centenas de baixas, 542 prisioneiros. Mas, na pressa de atravessar o rio e ocupar melhor posição, Fidié deixara para trás seus trens de guerra que os cearenses assaltaram e pilharam. Assim, embora desfavorável às nossas armas, o resultado da luta obrigou Fidié a buscar asilo no Maranhão para continuar lutando. Recebeu de São Luiz reforços em homens, material e armamento e organizou a defesa de Caxias. Ia ter início a fase decisiva da guerra pela libertação do Maranhão.

Não desanimavam as tropas patriotas do Piauí, Maranhão e Ceará que, finalmente, a 19 de junho conseguiram completar o sítio de Caxias. Fidié, num último e desesperado ataque tenta romper o cerco da cidade. Durante três dias com sua artilharia e seus soldados ataca vigorosamente, buscando abrir uma brecha no dispositivo brasileiro que lhe permitisse escapar. Mas, nada consegue. Foram esses seus últimos combates. Fidié exonerou-se do comando a 27 de julho e, três dias mais tarde, Caxias se rende incondicionalmente. Cochrane chegou a São Luiz a 26 de julho, na nau "Pedro I", arvorando o pavilhão português. Com esse estratagema e ameaças da chegada de uma esquadra fantasma conseguiu que a 28 fosse solenemente proclamada a independência no Maranhão.

Vale lembrar que Fidié deixou o comando de Caxias, quando a Câmara se reuniu em conselho e deliberou pedir a suspensão das hostilidades, isto é, um dia antes da Proclamação da Independência, em São Luiz, da qual só muito mais tarde se veio a saber em Caxias. Não se pode, portanto, atribuir a Lorde Cochrane a adesão do Maranhão à causa da Independência. Muito antes, em Genipapo e em Caxias, os que sonhavam com o Brasil independente vinham lutando com bravura e encharcando com seu sangue os sertões do Piauí e as matas do Maranhão. Razão tinha Afrânio Peixoto em dizer no Instituto Histórico, no Rio de Janeiro, em 2 de julho de 1923 "aqui (no Sul) a adesão, lá (no Nordeste) a guerra..."

As paixões políticas e os sentimentos nacionais ainda estavam muito exaltados e se manifestavam em acirrada oposição ao absolutismo do Imperador que dissolveu a constituinte recém-convocada e nomeou um conselho para elaborar a constituição que, a 25 de março de 1824, jurou respeitar e defender.

A primeira reação à Nova Carta surgiu em Pernambuco com a proclamação da Confederação do Equador, movimento de caráter republicano que rapidamente se estendeu às províncias da Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí. As tropas imperiais conseguiram dominar o movimento em Recife e

Olinda mas, no interior as guerrilhas se mantiveram por cerca de quatro meses. A revolução foi sufocada a ferro e a fogo. Reverencio nesta oportunidade a figura de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, o idealista e lutador imbatível.

Outras e muitas dificuldades teria de vencer o Imperador. O reconhecimento do novo governo, a guerra da Cisplatina, a instabilidade do gabinete. Tudo mais foi consequência. A 7 de abril de 1831 abdicou o Imperador em favor de seu filho D. Pedro de Alcântara, nomeando para seu tutor José Bonifácio de Andrada e Silva.

A Abdicação daria lugar ao reinado de Pedro II que, na sua velhice, deixou que as portas se fossem abrindo sem precipitação para a Proclamação da República.

Não cabe aqui examinar, mas não nos parece incruento esse episódio histórico. A consolidação da República exigiu pulso forte e algum sangue foi derramado. De qualquer modo nem sempre foram calmos estes 90 anos de regime republicano.

Mas, nenhum brasileiro tem dúvidas de que esta nação se encaminha com segurança para seus grandes destinos.

O homem, a terra e as instituições são os elementos básicos da nacionalidade. A nação "antecede e transcende ao Estado porque se compõe de elementos técnicos, históricos e culturais, que se transformam a longo prazo. No curso da evolução da sociedade humana". Não obstante "o Estado é um imperativo de sua sobrevivência" e seus elementos essenciais são: população, território, soberania e governo, diria mesmo que o governo é a manifestação política do Estado, ao qual cabe assegurar a ordem política, econômica e social e promover o desenvolvimento em proveito do homem.

O sentimento nacional nasceu nos Guararapes, na luta de brancos, índios e pretos contra os holandeses. E nestes três séculos se robusteceu e se ampliou. O Estado abriga uma população de 130 milhões de habitantes espalhados por este imenso território de 8 milhões e meio de km<sup>2</sup>. Estado livre e soberano que, neste mundo conturbado, egoísta e amedrontado, começa a despontar, à medida que se liberta do subdesenvolvimento, e que, no campo político, dá neste instante um passo largo e decisivo no sentido de aperfeiçoamento de suas Instituições políticas.

Vencendo incompreensões e radicalismos, o governo vem encaminhando as reformas necessárias ao aprimoramento do regime. E assegurando a ação política e administrativa.

No campo econômico ainda nos vemos a braços com o reflexo negativo da crise do petróleo. Procura o governo enfrentar a situação declarando guerra aberta à inflação e ao aumento do custo de vida, restringindo as importações, substituindo a importação de insumos básicos e bens de capital, aumentando as exportações e assegurando uma taxa de crescimento superior à da expansão de nossa população que exige a criação de mais de um milhão de empregos anualmente.

No campo psicossocial são evidentes os sucessos obtidos nos setores da educação, saúde pública, previdência social, habitação, centros sociais.

No campo militar cabe registrar o excelente desempenho de nossas Forças Armadas, coesas e disciplinadas, cumprindo sua destinação constitucional na manutenção da segurança interna e da ordem indispensável ao desenvolvimento do País.

Tudo indica que o Brasil com seu imenso território e sua grande potencialidade há de vencer este período tão crítico para o mundo inteiro e, particularmente, para os países subdesenvolvidos.

Traz contentamento a todos os brasileiros o crescimento e a projeção internacional do Brasil. Mas, não obstante os esforços feitos até aqui para minorar os desequilíbrios regionais o problema se apresenta ainda com a maior gravidade. É inegável o desenvolvimento do Nordeste e isto se verifica em todos os setores de atividade e mesmo em certas faixas da população nordestina. Mas será isto o que merecemos? Será apenas isto o que queremos? Não. Nós sabemos que temos direito a participar do progresso do País e não aceitamos ficar alheios aos benefícios de nosso desenvolvimento, pois desde a colonização temos contribuído com nosso trabalho e com nosso sangue para o engrandecimento do Brasil.